

Configurações das cidades na Amazônia Brasileira: o caso de Coari no Amazonas

Configurations of cities in the Brazilian Amazon: the case of Coari in the Amazonas

Vlamir do Nascimento Seabra

Universidade Federal de Amazonas, Manaus, Brasil.

vlamir@ifam.edu.br | 0000-0002-5538-5564

Para citar este artículo: Do Nascimento Seabra, V. (2020). Configurações das cidades na Amazônia Brasileira: o caso de Coari no Amazonas. *Entorno Geográfico*, (19), 40-61. doi: 10.25100/eg.v0i19.9737

Resumo

Este artigo apresenta aproximações teóricas entre os conceitos de rural e urbano na Amazônia Ocidental. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e um estudo de caso. O rural e o urbano são temas relevantes nas investigações do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano da Universidade Federal do Pará, bem como nas discussões do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira da Universidade Federal de Amazonas. Analisa-se o caso da cidade de Coari, no Amazonas, que sofreu transformações socioespaciais a partir da chegada da indústria petrolífera, quando se iniciou o repasse financeiro para a Prefeitura Municipal, referente aos recursos dos *royalties*. Discorre-se sobre as transformações ocorridas e sobre como, conseqüentemente, os conceitos teóricos de rural e de urbano não podem ser aplicados na sua integralidade, tendo em vista que a região da Amazônia Ocidental apresenta certas particularidades, como: a

relação com a floresta e com os rios ainda permanece viva no cotidiano da população de Coari e, ao mesmo tempo, a economia da cidade está ligada às oscilações do mercado internacional do petróleo, mantendo uma cultura de apadrinhamento e clientelismo político.

Palavras-chave: Rural, Urbano, Amazônia, Coari, Royalties.

Abstract

This article presents theoretical approaches on the concepts of rural and urban in the Western Amazon. The methodology used is a literature review and a case study. The rural and the urban are relevant themes in the investigations of the Group of Studies and Research on Territorial and Urban Planning, of the Federal University of Pará, as well as the discussions of the Center of Studies and Research of the Cities in the Brazilian Amazon of the Federal University of Amazonas. We analyze the case of the city of Coari in Amazonas, which underwent socio-spatial transformations since the



arrival of the oil industry, when the financial transfer to the City Hall, referring to the royalties resources, begins. It discusses the transformations that have occurred and, consequently, how the theoretical concepts of rural and urban cannot be applied in their entirety, considering that the region of the western Amazon has certain particularities such as:

the relationship with the forest and with the rivers still remains alive in the daily life of the population of Coari and, at the same time, the city's economy is linked to the oscillations of the international oil market, maintaining a culture of sponsorship and political patronage.

Keywords: Rural, Urban, Amazon, Coari, Royalties.

Recibido: 20 de febrero de 2020

Aceptado: 1 de abril de 2020

1. Introdução

Na última década, a discussão sobre o rural e urbano vem tomando corpo na América Latina, especialmente por sinalizar uma revisão sobre o que se pode considerar como rural ou como urbano. Os limites conceituais e as alterações do cotidiano da vida no campo, a visão conturbada da sociedade urbana, o romantismo da vida rural, a problemática ambiental que perpassa tanto a vida na cidade quanto a rural são reflexões que vem se intensificando.

2. A Questão do Rural e do Urbano: Algumas Aproximações

Este artigo tem como objetivo explorar como as análises espaciais de rural e urbano se entrecruzam e, ao mesmo tempo, podem ser analiticamente diferenciadas no que diz respeito a Coari (AM), município fortemente influenciado pelo acesso aos recursos financeiros dos *royalties* do petróleo. Quando se aborda a definição de urbano e rural na Amazônia, abre-se uma janela para questões metodológicas que devem ser

Apresenta-se, a seguir, uma discussão sobre os conceitos de rural e urbano no Brasil e na América Latina, a partir do estudo de caso numa cidade da Amazônia Ocidental que sofreu fortes transformações a partir do acesso aos recursos dos *royalties* oriundos da indústria petrolífera. Para embasar esta análise, buscou-se uma reflexão sobre estudos do rural e do urbano na Amazônia, a partir de fontes secundárias e da experiência pessoal do autor como morador da cidade de Coari e professor do Instituto Federal de Educação do Amazonas – *Campus Coari*.

apresentadas: Qual o “rural” que está sendo referido? O que se entende por aspectos rurais e urbanos na Amazônia? Onde o rural e o urbano se entrecruzam na Amazônia brasileira?

O processo de urbanização se expandiu e está intimamente ligado ao crescimento econômico e à modernização tecnológica. Estes foram os motes do planejamento geopolítico da maioria dos países capitalistas, muitas vezes não levando em consideração seus espaços sociais.

Considera-se espaço social um produto das relações sociais, como também o que é condicionado por estas. Portanto, deve-se levar em conta que nem tudo pode ser feito da mesma forma em todos os lugares – sem ponderar os patrimônios históricos, arquitetônicos e naturais – considerando apenas e exclusivamente o viés financeiro (Santos, 1988).

A perspectiva conceitual sobre os limites entre o urbano e rural surgiu na literatura acadêmica na década de 1970, no entanto a evolução do conceito tem uma longa história no estudo da Economia, da Geografia e do Planejamento Regional. A literatura rural e urbana apresentava uma visão antiurbana, muito presente nos autores pós-revolução industrial, que enxergavam na migração da área rural para a urbana uma das responsáveis pela catástrofe que estava ocorrendo nas cidades industriais europeias do final do século XVIII e início do século XIX. Existe também uma segunda perspectiva que apresenta uma visão pró-urbana, pois vê na urbanização um processo na qual as cidades são centros geradores de serviços, cultura, conhecimento, inovação e crescimento econômico. (Davoudi e Stead, 2002, p. 270).

A dicotomia urbano-rural pode ser rastreada até cerca de 5.000 anos atrás, quando as primeiras cidades começaram a surgir na Mesopotâmia. As cidades, no entanto, eram muito pequenas, cercadas e dependentes de uma esmagadora maioria da população rural. A lenta ascensão da urbanização ocorreu no longo período medieval e não ganhou ritmo até a chegada da Revolução Industrial.

Segundo Davoudi e Stead (2002), a visão antiurbana, que idealizava a vida rural e lamentava o seu desaparecimento, especialmente na Inglaterra, onde os processos de urbanização foram mais agudos; a perspectiva de uma volta ao rural, como uma das soluções para os males do crescimento das cidades do século XIX; e as tentativas de restringir o desenvolvimento dentro dos limites da cidade para proteger o campo da expansão urbana, fizeram surgir o movimento de planejamento urbano, que tinha como princípio básico a contenção urbana (Abercrombie e Urry, 1983).

No entanto, a visão pró-urbana destaca que a história da inovação científica e tecnológica e da própria civilização é inseparável da história das vilas e cidades. O surgimento da vida na cidade é visto como um dos fatores que favoreceram o surgimento da escrita, da autoridade do Estado e do sistema econômico baseado em complexos sistemas sociais. Essa concepção enxerga na urbanização algo inevitável, um sistema cíclico, do qual decorre naturalmente a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. Dessa forma, a migração rural-urbana deveria concentrar-se na questão da gestão, em vez de visar à redução da urbanização (Davoudi e Stead, 2002, p. 272).

Existem várias definições de áreas urbanas e rurais, baseadas em medidas como a densidade, o tamanho do assentamento, a densidade de emprego agrícola e o uso de cobertura do solo. No entanto, todas essas visões divergem sobre o que é urbano e o que é rural. Atualmente, as ligações rural-

urbanas, com a tendência do mundo globalizado com sistemas de produção, finanças, comércio e mercados de trabalho interligados, alteraram profundamente a visão convencional dos conceitos de áreas rurais como se fossem equivalentes a agricultura. Essa não é a realidade das regiões rurais na atualidade; além da agricultura, existem atividades comerciais, turismo rural, pequenos serviços de baixa complexidade e outras práticas que, há cerca de cinquenta anos, só faziam parte da dinâmica urbana e que agora também ocorrem em áreas rurais. Isso tem acontecido em virtude do acesso à rede de internet, à melhora no sistema de transporte e a outros serviços que eram exclusivos dos centros urbanos e que atualmente existem em áreas rurais.

No caso da América Latina, existe uma diversidade de enfoques sobre a questão do rural e do urbano, muito bem definida na coleção Documentos de Proyectos. A publicação *Enfoque territorial y análisis dinámico de la ruralidad: alcances y límites para el diseño de políticas de desarrollo rural innovadoras en América Latina y el Caribe*” (Fernández, Fernández e Soloaga, 2019) apresenta as diversidades de enfoques:

Definiciones oficiales de lo rural en América Latina

Cada país posee una definición diferente basada en criterios demográficos, administrativos, funcionales o combinaciones de los anteriores, lo que dificulta la comparabilidad a través de la región.

La clasificación dicotómica de los asentamientos urbanos y rurales ha contribuido a que:

- Se favorezca un enfoque urbano-centrista (sesgo urbano o anti-rural) en el gasto público (asignación de inversiones).
- Se dificulte el análisis de la relación entre cambios en el patrón de asentamientos humanos y las demandas de servicios públicos básicos, salud y educación (y, por consiguiente, sus coberturas).
- Se limite el conocimiento de las poblaciones en territorios con características intermedias que constituyen una parte importante del total de la población.
- Se dificulte contar con un adecuado conocimiento de la dinámica de los territorios mixtos o intermedios, especialmente de su vinculación económica y de las características de su desarrollo.
- Se dificulte comprender las interdependencias entre territorios.
- Se dificulte el análisis de los flujos comerciales, así como de los cambios espaciales en los patrones de empleo.
- Se limiten los procesos para potenciar enfoques de competitividad territorial en relación con la dinámica de los mercados nacionales e internacionales. (Fernández, Fernández e Soloaga, 2019).

No caso brasileiro, não se passou por um processo de industrialização nem por um esvaziamento total do campo, nos séculos XVIII e XIX, como ocorreu na Europa. Esse processo só passa a acontecer a partir

da década de 1950, quando o modelo de desenvolvimento econômico adotado é o chamado industrialista, que afetou tanto o campo como as cidades. Através da chamada Revolução Verde, a tecnologia chegou ao campo e o processo de esvaziamento deste ocorreu progressivamente ao longo dos últimos cinquenta anos. Apesar de o Brasil ser, atualmente, uma nação com mais de 80% de pessoas residindo nas cidades, a economia ainda se baseia no modelo agroexportador. Dessa forma, reunir visões separadas de campo e cidade contribui para o entendimento histórico e espacial, mas, para aprofundar e entender o modelo de desenvolvimento industrialista brasileiro que afetou tanto a área urbana quanto a rural, faz-se necessário reunir conceitos e aprofundar o debate sobre rural e urbano no Brasil.

Pode-se afirmar que o rural e o urbano no Brasil sofreram influências nos últimos cinquenta anos, muito em virtude da transformação produtiva das atividades agropecuárias brasileiras, que se inseriram o mercado globalizado do agronegócio (Elias, 2012), dando origem àquilo que se identifica como Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs).

Na minha ótica, a reestruturação produtiva da agropecuária, entendida como processo promotor de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária (especialmente alterando a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária), que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social

do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes passam, então, por um processo acelerado de reorganização, com incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbana e regional, com a formação ou consolidação de RPAs, por todo o Brasil. (Elias, 2012, p. 3).

Esta análise de Região Produtiva Agrícola (RPA) ultrapassa os limites dicotômicos de separação do rural e do urbano. No caso brasileiro, as *commodities* são voltadas para os mercados internacionais, e as cidades que fazem parte da produção de agronegócio influenciam diretamente o surgimento de áreas urbanas que estão conectadas aos centros de poder e consumo em nível mundial. Sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais, surgem novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, que são verticalidades se impondo sobre as horizontalidades. Ao mesmo tempo, essas horizontalidades apresentam uma forte expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho e pela chegada dos novos agentes econômicos representativos das atividades modernas.

Surge, mais recentemente, em determinadas regiões do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, o que se classifica como híbrido do espaço agrário e do espaço urbano, o que já existia nas regiões Sul e Sudeste há uns cinquenta anos. Esses espaços híbridos têm que atender as demandas de aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de

todos os demais produtos e serviços necessários à funcionalidade dos RPAs.

Nesse âmbito, citaria as casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos e fertilizantes; os escritórios de *marketing* e de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica e de transporte de cargas; os serviços de especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio e os cursos superiores voltados ao agronegócio, entre tantas outras atividades. (Elias, 2012, p. 7).

2.1. O rural e o urbano nas cidades amazônicas

A Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 59% do território nacional e conta com 12,8% da população (IBGE, 2010) e 7,8% do PIB (IBGE, 2010). A região tem crescido mais rapidamente que o resto do Brasil e sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional subiu de 6,43%, em 1995, para 7,86%, em 2010, e para 8,32%, em 2015 (IBGE, 2020).

A heterogeneidade das cidades amazônicas se manifesta especialmente nas dinâmicas econômicas dos quatro maiores estados da região. O estado do Mato Grosso está ligado às *commodities* agrícolas. O Amazonas tem como principal fonte de valor econômico a produção industrial da Zona Franca de Manaus. O Pará é um estado em que a economia extrativa tem um peso enorme,

Essa visão sobre a (re)estruturação urbana e rural se apresenta como fenômeno bastante complexo, em virtude das multiplicidades de dados como: a reestruturação produtiva da agropecuária; a organização das redes agroindustriais, a crescente especialização dessas produções, o crescimento da produção não material, o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual associado ao agronegócio, o intenso processo de êxodo rural, a existência do agrícola não rural (trabalhador agrícola que mora na cidade), a migração descendente, etc. Portanto, o estudo ultrapassa os limites do estudo da Geografia, podendo ser abordado pela Sociologia Rural, pela Economia, pela História, entre outras áreas.

gerado especificamente por minérios e madeira (Castro, Figueiredo, Rivero e Almeida, 2018).

Um dos estudos que traz à tona a relação entre o rural e o urbano nas cidades da Amazônia brasileira foi realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano Diversidade na Amazônia (GEOURBAM), liderado pelos professores Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Simaia do Socorro Sales das Mercês. Esses profissionais realizaram diversos estudos sobre as cidades amazônicas, especialmente da Amazônia Oriental.

Através das metáforas “cidades da floresta” e “cidades na floresta”, o professor Trindade (2013) apresenta algumas tipologias dessas cidades da Amazônia Oriental. As “cidades na

floresta” surgiram especialmente a partir da década de 1960, com os projetos desenvolvimentistas nacionalistas implantados a partir da visão geopolítica da ditadura militar no Brasil, que enxergava na Amazônia um grande vazio de projetos de desenvolvimento econômico. Portanto, entendia-se ser necessária a sua integração ao capitalismo nacional e internacional. Essas cidades surgiram com projetos voltados especialmente para a exploração econômica do ecossistema amazônico, próximo à exploração mineral e às grandes hidrelétricas.

Na tentativa de apresentar um perfil ideal das cidades amazônicas, Trindade (2013) distingue outro tipo, as “cidades da floresta”, que eram característica predominante na região até a década de 1960. Estas normalmente apresentam traços de pequenas cidades, associadas à circulação fluvial e com fortes elos em relação à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram densas articulações com os seus respectivos entornos ou localidades relativamente próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características consideradas rurais e associadas à vida da floresta, elas não desapareceram efetivamente e ainda definem particularidades de algumas sub-regiões da Amazônia (Trindade, 2013).

Em sua análise bastante detalhada das cidades amazônicas, definindo as especificidades destas, a partir da visão teórica de Milton Santos em relação às suas verticalidades e horizontalidades e seus nexos urbanísticos, especialmente da Amazônia Oriental, Trindade (2013) apresenta um quadro tipológico que define algumas particularidades dessas cidades. No entanto, apesar do grande esforço teórico-metodológico de Trindade (2013) em tipificar as cidades amazônicas, seu referencial empírico são as cidades da Amazônia Oriental, que, em virtude da sua contextualização sócio-histórica, são diferenciadas em relação à Amazônia Ocidental. Essa diversidade de projetos capitalistas na Amazônia produziu diversas dinâmicas, conflitos e tensões entre a população tradicional e as atividades produtivas, impondo uma relação complexa entre as populações tradicionais e o meio ambiente amazônico. Outro grupo de estudo é o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPE-CAB), ligado à Universidade Federal do Amazonas, com a coordenação dos professores José Aldemir de Oliveira, Geraldo Alves de Souza, Tatiana Schor e Paola Verri de Santana. Ambos os grupos de pesquisa, apesar de chegarem a conclusões diferentes, partem da visão weberiana da tipificação, ou seja, do tipo ideal.¹

O NEPE-CAB, ligado à Universidade Federal do Amazonas, rompe com as visões dendríticas em relação às cidades e

¹ Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados, dados difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou esmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (Weber, 1999, p. 106).

à rede urbana na Amazônia Ocidental. A primeira questão epistemológica apresentada na pesquisa das cidades da Amazônia Ocidental foi a definição dos critérios de classificação das cidades de porte médio no Brasil, na medida em que o IBGE definiu que somente cidades que têm acima de 100 mil habitantes seriam consideradas de porte médio, um critério exclusivamente de método quantitativo, o que implicaria que quase todos os municípios do Amazonas passariam a ser de pequeno porte, pois somente três – Manaus, Itacoatiara e Parintins – dos sessenta e dois municípios possuem mais de 100 mil habitantes. Essa opção metodológica não leva em consideração a importância dos municípios polos da Amazônia Ocidental, que são fornecedores de produtos industrializados e de serviços para os outros municípios.

Após uma extensa pesquisa de campo realizada pelo NEPE-CAB-UFAM, os pesquisadores definiram que as tipologias a serem relacionadas seriam as seguintes: dados socioeconômicos e demográficos ligados aos aspectos da hidrologia, biogeografia, acesso aos recursos naturais e a inter-relação sociedade-natureza. A partir dessas definições metodológicas, os pesquisadores realizaram trabalho de campo nas calhas do Rio Solimões e do Rio Amazonas, sendo as cidades agrupadas com as seguintes particularidades: cidades de economia externa e dependente, cidades médias de responsabilidade territorial; cidades médias com dinâmica econômica externa (Coari-AM); cidades médias com função intermediária, cidades pequenas de responsabilidade territorial, cidades

pequenas com dinâmica econômica externa. Essa forma de detalhamento gerou uma interpretação diferenciada em relação às análises do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano da Universidade Federal do Pará (GEOURBAM-UFPA), apresentando uma dinâmica da rede urbana diversa da Amazônia Oriental.

Um elemento importante a ser considerado em todos os aspectos de análise das cidades do Amazonas é a cheia e a vazante dos rios, pois, de acordo com esse regime hidrológico, a população pode ter acesso a determinados tipos de alimentos. Na vazante, os produtos alimentícios oriundos das várzeas chegam em grande quantidade aos municípios, ocorrendo o inverso durante a cheia. À medida que as várzeas deixam de abastecer as sedes dos municípios, intensificam-se os fluxos de produtos alimentícios vindos de Manaus, onerando o custo da cesta básica regionalizada e aumentando o nível de dependência em relação à capital. Outro elemento importante a ser considerado nas cidades do interior do Amazonas é a carência de energia elétrica disponível, um elemento importante para a implantação de qualquer tipo de projeto industrial. A maioria dos municípios tem somente energia suficiente para as residências. Mesmo com os investimentos realizados no setor elétrico, através do Programa Luz para Todos, ainda não se pode pensar em qualquer projeto de envergadura industrial (Schor, Oliveira, Moraes e Santana, 2016, p. 16).

Conforme as análises do NEPE-CAB, ligado à Universidade Federal do

Amazonas, existem cidades na Amazônia Ocidental que são centros de responsabilidade territorial, estão distantes de Manaus e não têm nenhum produto de exportação que resguarde sua economia. Assim, vivem exclusivamente dos repasses financeiros governamentais e têm uma forte relação com o bioma amazônico. As pesquisas dos dois grupos citados apresentam algumas tipologias urbanas das cidades da Amazônia brasileira, a partir de critérios que identificam os aspectos de dependência dos produtos oriundos das cheias e das vazantes dos rios, o nível de solidariedade orgânica que ocorre nas cidades da floresta, os valores culturais enraizados e uma forte ligação de compadrio. Nas cidades da Amazônia Ocidental, identifica-se somente uma cidade com as características das chamadas cidades-empresas (mais comuns na Amazônia Oriental); trata-se da cidade de Coari, que depende economicamente dos repasses dos *royalties* do petróleo da Petrobras.

Na Amazônia Oriental, podem ser identificados os municípios de Parauapebas (PA), com sua economia totalmente voltada para o Projeto Carajás; a Vila Permanente de Tucuruí, que é

focada em atender as demandas dos funcionários da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Município de Tucuruí (PA); ou a Vila dos Cabanos, do Complexo Albras-Alunorte, no Município de Barcarena (PA), que atende os interesses da referida empresa. A existência de uma única empresa no Amazonas leva ao questionamento sobre até onde os *royalties* do petróleo, incorporados à receita municipal de Coari, influenciaram e modificaram a sua identidade urbanística, não modificando a ligação existencial da população com o rural.

2.2. O rural e o urbano no município de Coari - AM

O capitalismo se implanta na Amazônia com dimensões diversas das outras regiões do Brasil, em virtude do seu “natural” e “peculiar” aspecto geomorfoclimático e da forma como os grupos sociais se adaptaram à região. O extrativismo sempre foi a atividade econômica principal. Dessa forma, assim como outras cidades do Amazonas, Coari também tinha no extrativismo sua base econômica. No mapa da Figura 1, aparece em destaque o município de Coari (AM), com indicação da Base Petrolífera de Urucu.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Base cartográfica (2006).

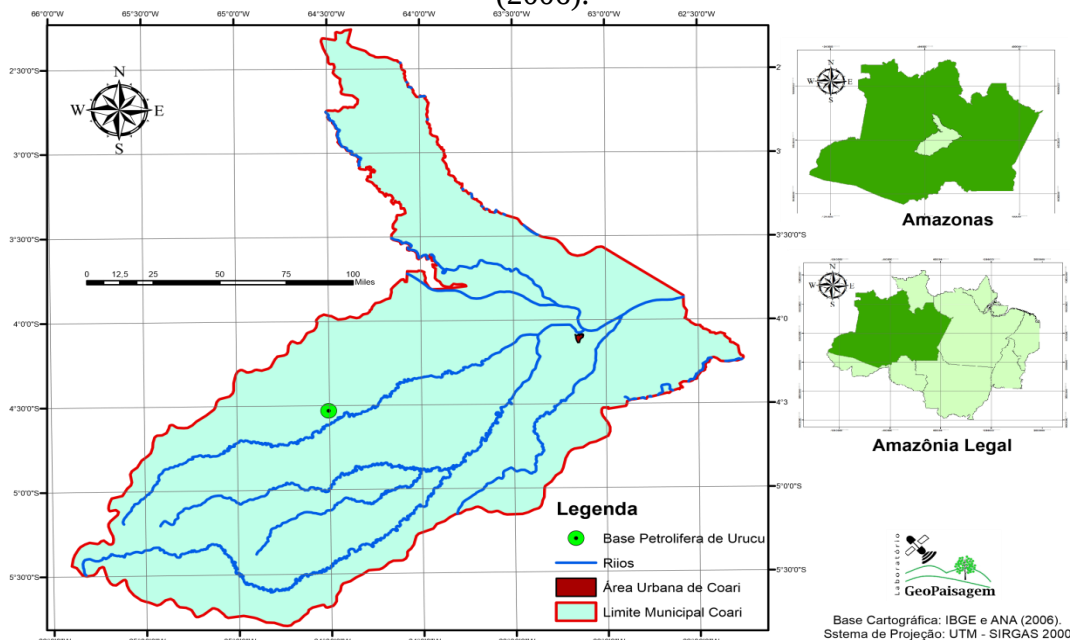


Figura 1. Mapa de Coari (AM).

A partir da década de 1950, inicia-se, no Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico industrialista, em que a ideologia do progresso está intimamente ligada ao desenvolvimento industrial. Nessa visão de desenvolvimento, o homem amazônico, extrativista, é visto como um obstáculo para o avanço do processo civilizatório. O moderno e o industrial devem se sobrepôr ao modelo extrativista dos ribeirinhos, caboclos e índios, considerados seres genéricos e ignorantes, sem essência nem individualidades. Esse desprezo ao local favorece a submissão, a qual se sustenta pela ideologia do progresso e da modernidade.

Quanto à Amazônia, ela é representada como uma terra virgem, inacessível, uma selva impenetrável e misteriosa, imagem que se prolongaria na representação de um deserto: um espaço vazio de civilização,

associado à suposta ausência de cultura dos povos indígenas, o que, afinal de contas, vai materializando o descentramento geográfico que acaba por criar o mito de uma marginalidade histórica (Thierion, 2015, p. 47). A implantação do modelo desenvolvimentista industrialista a partir da década de 1960 na Amazônia se baseava na integração da região ao capitalismo nacional, com diversos projetos de construção de estradas, portos e aeroportos (infraestrutura) e projetos voltados para o setor agropecuário, ao mesmo tempo em que madeiros e garimpeiros cobiçavam e exploravam diversas terras indígenas, gerando diversos conflitos dos indígenas com esses agricultores, madeiros e garimpeiros.

A visão desenvolvimentista adotada para o Amazonas se choca com a realidade extrativista do homem amazônico, de tal

modo que diversos autores criticam esse modelo desenvolvimentista, especialmente Ferguson (1994) e Escobar (1995). Ferguson (1994) realiza uma crítica, afirmando que esse modelo de desenvolvimento é uma proposta apolítica e acrítica, à medida em que o aparelho estatal, as agências de desenvolvimento e os organismos internacionais de desenvolvimento usam a ideia de “falta de algo”, a ser corrigido pelo desenvolvimento. Escobar (1995) denomina essa atitude de a “infantilização do terceiro mundo”, uma vez que não se toca nos grandes problemas sociais e nos seus conflitos, pois se, de uma forma ou de outra, se entrasse nestas questões, não haveria aliança para execução dos projetos de desenvolvimento. Ainda segundo Escobar (1995), faz-se necessário superar esse modelo de desenvolvimento, o qual foi e continua a ser, em grande parte, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata as pessoas e as culturas como incapazes de gerarem desenvolvimento local.

Essa identidade amazônica, com um processo colonizador português que via nestas terras somente a cobiça para a exploração dos produtos oriundos da floresta, fez com que a região, por séculos,

fosse povoada por índios, ribeirinhos e caboclos que viviam quase sem nenhuma assistência das políticas públicas de educação, saúde, transporte. Por conta disso, constatam-se, na maioria desses municípios, indicadores de desenvolvimento humano que estão muito aquém daqueles da maioria das cidades brasileiras.

No caso de Coari, é possível identificar certo hibridismo conceitual em relação ao rural e ao urbano presentes ao longo da sua história. Desde sua fundação, a cidade de Coari pode ser considerada uma “cidade da floresta” segundo as definições Trindade (2013). A sociedade coariense é formada, na sua maioria, por ribeirinhos com pouca representatividade política – o chamado “Coronelismo de Barranco” ainda é um dos fatores importantes na constituição política, com forte tradição clientelista. Com a sua economia baseada no extrativismo de castanha-do-pará, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros, Coari foi, da década 1930 até 1980, um grande centro produtor desses produtos, certamente com nuances de uma “cidade da floresta”. A Figura 2 apresenta o principal meio de transporte para chegar a Coari: as embarcações.

Fonte: Pereira (2016).



Figura 2. Barco regional com destino a Coari (AM).

Ao mesmo tempo, Coari identifica-se, na atualidade, como uma cidade de médio porte, com função intermediária e com uma dinâmica econômica externa. A dependência de um fator externo na sua economia modificou a realidade de “cidade da floresta” para uma “cidade na floresta”, com forte dependência de uma empresa – a Petrobras –, que passou a explorar petróleo na região e começou repassar os *royalties*², conforme a legislação nacional.

Sabendo que o petróleo é um recurso finito e que, dependendo da conjuntura econômica nacional e mundial, pode vir a ser economicamente inviável, geram-se incertezas sobre o futuro socioeconômico de um município que depende quase que exclusivamente dos repasses de um único

produto, com características de enclave econômico (Piquet, Tavares e Pessôa, 2017).

A especialização baseada em um único produto, sujeito às flutuações da demanda e dos preços internacionais, como é o caso do petróleo, coloca as economias assim organizadas em uma situação de fragilidade, que pode conduzi-las facilmente a uma situação de colapso. De fato, estudos teóricos e pesquisas empíricas, como de Furtado (2008), Hirschman (1977), Lewis Junior (1984), Auty e Warhurst (1993), Davis e Tilton (2002) e Enríquez (2008), indicam que as regiões extrativistas têm muito pouco sucesso em constituir conexões industriais, condição essencial para

² O *royalty* é uma compensação financeira devida ao Estado Brasileiro pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território nacional. É uma remuneração pela exploração desses recursos não renováveis. Incide sobre a produção, sendo recolhida mensalmente pelas empresas concessionárias à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

um processo de desenvolvimento bem-sucedido, sendo antiga e forte a ideia de “enclave” na análise das economias de base mineradora. (Piquet, Tavares e Pessôa, 2017, p. 203).

A infraestrutura do município de Coari, desde o ano de 1996, resulta dos abundantes recursos repassados pelos *royalties*; isso porque 83,4% das receitas são oriundas de fontes externas. Em 2015,

o salário médio mensal no município era de 3,4 salários mínimos, constituindo a maior renda entre os municípios do Estado do Amazonas. (Tabela 1) Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil média na cidade era de 18,24 para 1.000 nascidos vivos, ficando na 27ª posição entre os 62 municípios do Estado. A cidade saiu de uma população de 14.787 habitantes, em 1980, para mais de 75.000, em 2010. Isso representa um crescimento superior a 300% em apenas 25 anos (IBGE, 2010).

Tabela 1. Valor anual do repasse de *royalties* por parte da Petrobras (2006 a 2018).

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
R\$43.365.069,27	R\$38.845.088,10	R\$51.445.180,49	R\$39.739.769,25	R\$46.048.817,45	R\$58.079.653,42	R\$72.381.548,31
2013	2014	2015	2016	2017	2018	
R\$71.346.644,74	R\$72.381.548,31	R\$50.394.294,85	R\$56.532.287,81	R\$58.500.000,00	R\$86.000.000,00	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Agência Nacional do Petróleo – ANP (2020), <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>

Um dos elementos mais instigantes ao estudar o município de Coari é a influência que o dinheiro gerou nas estratégias de desenvolvimento regional. Entendendo o território como “território usado” (Santos, 1988), o lugar onde as pessoas residem, trabalham e estudam, o dinheiro aparece como categoria importante, sendo que o escambo, que é uma relação muito presente na Amazônia, já não responde às necessidades econômicas de determinada região. Com a chegada dos recursos dos *royalties* do petróleo, ocorreu a ampliação das trocas comerciais, e o dinheiro passou ser um elemento importante, aparecendo como regulador das trocas comerciais. Assim, aos poucos, foi ganhando *status* de fim em si mesmo, deixando de lado o papel de troca, substituído pelo papel de uso.

A lógica do dinheiro que passa a ser importante num território perpassado pela lógica do escambo traz consigo a competitividade, o domínio da informação e da produção, o mercado com seus princípios pragmáticos, gerando inquietação dentro do território de Coari, em que as disputas pelo domínio do poder municipal constituem uma luta bastante passional, como se fosse um jogo de futebol. Vale ressaltar que Coari já teve dois prefeitos assassinados por seus adversários.

Segundo Soler (2009), com a chegada da indústria petrolífera e de seus repasses de *royalties* direto aos cofres da Prefeitura de Coari, a geração de emprego e renda no

município se concentrou na Prefeitura. Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes e a Prefeitura tinha 7.000 servidores, constata-se que ela empregava 8,5% dos munícipes. Desse total, apenas 473 haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho (Soler, 2009, p. 5).

[...] Devido a uma conjuntura política e institucional que transcende as atribuições da Petrobras, essa exploração econômica, indiretamente, está sendo mais um elemento causador de processos migratórios antrópicos, de assentamentos precários e de desenraizamentos de comunidades rurais de seus sítios de origem. (Almeida, 2005 como citado em Leyen, 2008, p. 136).

Segundo Haoxovell de Lira (2013), a conjuntura política local se apresenta com uma maioria da população despolitizada, carente de mobilização social e de busca por melhorias de bens, serviços e outros ganhos coletivos. Por conta disso, mantém-se um ciclo vicioso de politicagem, assistencialismo, atos de caridade e benemerência, que se retroalimenta a partir da relação sociedade e representantes políticos, de modo a perpetuar as relações de dominação, de exclusão social e de insustentabilidade em diversos níveis.

A prática do “apadrinhamento” é muito comum em Coari (quase generalizada), caracterizando-se pela “doação”, por representantes dos poderes executivo e

legislativo municipal, de cestas básicas de alimentação, *kit* gás, passagens de barco (e até de avião) por algumas empresas com os quais a Prefeitura possui convênio, ou mesmo dinheiro em espécie. Além desses artifícios, há, sobretudo, a oferta de emprego (sem concurso público, inclusive deixando os servidores, às vezes, “à disposição”, ou seja, eles ficam à disposição de determinado político, o que, na verdade, representa “ficar em casa sem trabalhar” e recebendo os vencimentos normalmente, como se estivesse na ativa. Vale ainda referir, com base em Haoxovell de Lira (2013), que, nas instituições vinculadas à Prefeitura de Coari, há grupos de pessoas que trocam votos por favores. Essa dependência de emprego via Prefeitura torna este ente público o maior empregador, o qual usa deste poder econômico em benefício político. Para citar como isto acontece na prática, vale elucidar que o atual prefeito (2019) é filho de um ex-prefeito, o qual já havia sido eleito por três mandatos, ou seja, criou-se uma oligarquia política no município.

As eleições municipais, depois do fim da ditadura militar no Brasil, começaram no início dos anos 1980. No entanto, desde o início dos anos 2000, uma única família domina o poder municipal em Coari. Manuel Adail Amaral Pinheiro foi eleito por dois mandatos consecutivos, de 2001 a 2008 e eleito novamente para o terceiro mandato em 2012. Pouco antes do pleito de 2012, Adail Pinheiro era considerado inelegível, em razão de diversas condenações judiciais e processos em que era réu, respondendo por delitos de naturezas diversas, tais como irregularidades na aplicação de verbas do

Sistema Único de Saúde (SUS), do Fundo Nacional de Saúde e do Ministério do Meio Ambiente, problemas com o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, etc. Apesar de condenado e réu em dezenas de processos, Adail Pinheiro conseguiu disputar a eleição por decisão judicial, vencendo o pleito de 2012.

No início de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas decretou a prisão preventiva do prefeito de Coari, por fazer parte de uma rede de aliciadores de prostituição infantil. Adail Pinheiro cumpriu pena em regime fechado no Comando de Policiamento Especializado (CPE) e, em 2016, foi transferido para o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), onde, em dezembro do mesmo ano, progrediu do regime fechado para o semiaberto (Tribunal de Justiça do Amazonas - TJ-AM, 2018).

Atualmente, o filho dele é o prefeito, a filha dele, que era vice-prefeita, foi eleita a deputada estadual mais votada nas eleições de 2018, fortalecendo o poder econômico e político dessa família. Assim,

O fato de as finanças públicas municipais serem dependentes das receitas do petróleo, em especial, dos *royalties*, demonstra a tendência de se manterem como economias rentistas. Nesse contexto, a oscilação no preço e na produção do petróleo implica instabilidade orçamentária, o que consiste em uma ameaça ao crescimento e ao desenvolvimento. A perda dessas receitas devido à queda dos preços da *commodity* é uma

restrição do mercado desta matéria-prima. (Santana, 2017, p. 167).

Outro exemplo do poder econômico da Prefeitura de Coari está nas comunidades rurais. Coari possui 287 comunidades, na sua grande maioria criadas por decisão da Prefeitura, que instituiu um salário mínimo para cada líder comunitário, gerando uma disputa nas comunidades por esses cargos e, ao mesmo tempo, deixando esses líderes na dependência econômica e política dos repasses municipais. Essa cobiça pelo acesso aos recursos financeiros gerou uma grande competição para alcançar postos políticos na administração pública municipal, controlar o fluxo de informações e a circulação de bens e serviços, que passaram a ser alvo da elite local, fazendo surgir aquilo que na ciência política conceitua como elite dominante. O município de Coari tem em torno de 60% das atividades econômicas concentradas no setor de serviços, ficando o restante para as atividades agropecuárias e industriais. Essa concentração se explica principalmente em virtude do enclave econômico que se tornou a Prefeitura, graças aos recursos financeiros dos *royalties*. Em 2010, do total das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 33,63% trabalhavam no setor agropecuário; apenas 1,74% no setor da indústria extrativa; 3,04% na indústria de transformação; 4,58% no setor de construção; 1,58% nos setores de utilidade pública; 11,41% no comércio; e 38,92% no setor de serviços, demonstrando claramente a dependência dos empregos gerados no setor urbano, com serviços voltados para atender a sede do município. Com o aumento populacional, as demandas sociais por

educação, moradia e saúde se tornaram urgentes. Apesar dos investimentos nesta área ocorrerem, ainda não atendem a ampla maioria da população. Esse processo de urbanização acelerada trouxe consigo alguns elementos interessantes na relação entre o rural e o urbano, os quais serão abordados a seguir.

As ruralidades entrelaçadas do urbano e do rural em Coari têm suas dinâmicas específicas. Como a maioria da população urbana migrou das comunidades ribeirinhas próximas de Coari em um período bastante recente (menos de 30 anos), muitas pessoas possuem forte ligação com essas comunidades, pois têm amigos e parentes ou mesmo possuem terras nas áreas rurais, portanto os laços de identidade cultural ainda permanecem vivos. A maioria das pessoas ainda mantém contatos intensivos com os “parentes” e amigos, retornando as essas comunidades várias vezes ao longo do ano.

O município de Coari tem, segundo dados do IBGE (2013), uma população urbana de 49.651 habitantes e uma população rural de 26.314 habitantes, totalizando 75.965 habitantes. Essa população urbana deu um salto nas duas últimas décadas, em virtude da possibilidade de oferta de emprego na cidade, além de poder acessar serviços educacionais e de saúde.

Um fator ainda mantém o forte vínculo identitário da população com as atividades rurais: há cerca de 10 anos, o município de Coari era classificado como “[...] o maior produtor de banana do Estado do Amazonas” (Fraxe, 2011, p. 43), sendo essa fruta responsável por 2/3 da renda proveniente da atividade de agricultura, ou seja, era a principal fruta cultivada na cidade. A Tabela 2 apresenta a área plantada e a quantidade de banana produzida (em toneladas), de 2004 a 2011.

Tabela 2. Lavoura permanente de banana de Coari.

ORDEM	DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	Área plantada (hectares)	960	56	132	61	560	568	355	450
2	Quantidade produzida (toneladas)	8.832	707	1.500	91	2.800	3.649	3.840	540

Fonte: Elaboração própria, a partir de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil (2012).

O município, reconhecido como o maior produtor de banana do Estado do Amazonas até o ano de 2010, abandonou essa atividade, ficando exclusivamente na produção de recursos naturais oriundos do solo: petróleo e gás natural na Bacia do Rio Urucu.

[...] Almeida (2005) fez um diagnóstico da produção primária de

Coari, em que a banana em geral foi a cultura que ofereceu o maior rendimento médio. Todavia, as comunidades rurais produtoras de banana tiveram uma diminuição da área plantada de 6.140 hectares, em 1998, para 960 hectares, no ano de 2002. (Almeida e Souza, 2008, p. 82).

Um dos motivos para o declínio das áreas de plantação de banana na região do Médio Solimões, sobretudo em Coari, é a entrada, através dos países circunvizinhos, de uma praga chamada Sigatoka Negra, descoberta em fins da década de 1990 (Pereira, Gasparotto, Aruda e Pereira, 2008). Uma forte ligação com os valores identitários rurais ainda permanece viva na população de Coari: está nas técnicas de uso do solo, com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental; nas técnicas de captura de animais silvestres, na escolha dos períodos apropriados para pescar determinadas espécies de peixe, etc. Outro exemplo é que, apesar de ter incorporado à sua base alimentar produtos de outras culturas, ainda se consome bastante peixe, frutos da floresta, animais silvestres. Muitas pessoas ainda conhecem as técnicas de fabricação e de uso de canoas; muitas das casas, tanto rurais quanto urbanas, são construídas com material vegetal; e o uso de rede para dormir é comum entre as pessoas.

Há, também, uma forte ligação da população de Coari com as vazantes e cheias dos rios, que fazem surgir a várzea amazônica, onde se pesca e se caça e também se produzem alguns produtos agrícolas para o consumo familiar – esporadicamente, os excedentes são comercializados nas feiras e mercados de Coari. Um fator quase místico e muito presente na relação do rural com o urbano em Coari é como as pessoas se relacionam com o rio:

O rio adquire uma associação quase mística com os homens que habitam os

rincões da Amazônia. As comunidades, as barracas, os barracões se desenvolvem à beira dos rios, junto aos barrancos inundáveis, equilibrados nos esteios de madeira, prontos para locomoverem-se para trás se as terras caídas ameaçarem as palafitas, mas sempre junto ao rio, na atração máxima do caudal de águas que é o caminho das energias vitais e comanda a vida no anfiteatro amazônico. Para esse autor, o rio conduz a vida dos ribeirinhos, pois que das relações que estabelecem com o ambiente natural, pode-se notar que “o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional”. (Dourado, 2016 como citado em Tocantins, 1988, p. 233).

Esse hibridismo do rural e do urbano e a dependência de fatores econômicos externos, como os preços do petróleo a nível internacional, estão presentes no município de Coari e são reflexos de uma sociedade capitalista que se implantou na Amazônia brasileira. Apesar de fazer parte, como um fornecedor de matéria-prima fundamental para o consumismo industrialista da chamada moderna sociedade capitalista, o município ainda apresenta contrastes sociais, desigualdades, carência na área de saúde e na infraestrutura urbana – características marcantes e presentes em quase todas cidades de porte médio no Brasil. A presença do rural, tanto nos aspectos

culturais quanto nos aspectos de uso e exploração do solo e na relação entre homem e natureza, parece ainda fortemente marcante no cotidiano das pessoas que residem em Coari.

De acordo com as análises de Elias (2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008, 2009), as relações entre o rural e o urbano e as transformações ocorridas no urbano em virtude das atividades agropecuárias brasileiras, reorganizando o território nacional e resultando em novos arranjos territoriais, impactam diretamente no contexto sociocultural e econômico dos municípios brasileiros. O autor propõe uma interpretação na qual o rural se sobrepõe em relação ao urbano, na medida em que são as atividades econômicas produzidas no setor rural que mantêm as atividades e os serviços no setor urbano. Dessa forma, a ideia de urbanização acelerada que se impõe sobre o rural necessita ser revista e questionada.

O preço do petróleo, que é um produto altamente dependente do mercado internacional, influencia diretamente as relações sociais e econômicas em Coari, pois, de acordo com o repasse dos *royalties*, podem ser gerados mais ou menos investimentos na cidade. Outro fator preponderante é que a cidade de Coari se transformou de “cidade da floresta” em “cidade na floresta”, com total dependência de capital externo, fortalecimento da cultura do apadrinhamento e grandes transformações no espaço vivido, a partir da chegada de empresas que construíram a infraestrutura da base petrolífera. Assim, foram alterados os fluxos constitutivos e comunicativos,

com a construção do aeroporto, o aumento do número de embarcações entre Manaus e Coari, a implantação dos *campi* das universidades estadual e federal e do Instituto Federal. Ao mesmo tempo, notam-se claramente conflitos no espaço local, a partir das alterações técnico-científicas, com intensa velocidade *no modus vivendi* da territorialidade local. A constituição e o fortalecimento de um enclave econômico que se baseia na exploração petrolífera contrasta com a fragilidade na constituição de um projeto sustentável de desenvolvimento regional.

3. Considerações finais

O município de Coari (AM) tem sua base histórica na colonização portuguesa, que se interessava economicamente pela região devido às chamadas “drogas do sertão” (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, guaraná, urucum, castanha-do-pará, pau-cravo e outras). Portanto, o modelo colonial de exploração portuguesa sempre foi voltado para o extrativismo vegetal, diferente do restante do Brasil, que passou por ciclos econômicos da agricultura de monocultura ou de extrativismo mineral.

Em virtude da baixa densidade demográfica, dos grandes vazios territoriais e da presença de uma grande quantidade de reservas minerais, na Amazônia se aplica uma racionalidade intencional do Estado brasileiro e do grande capital, com o discurso alienante de uma região grandiosa e desestruturada em relação ao restante do País, impondo relações estranhas aos lugares; reduzindo a Amazônia a uma “região do fazer” na nova divisão internacional do trabalho. Apesar

dessa forma alienante como o capital e o Estado brasileiro vislumbram a região, Milton Santos (1995) sugere pensar racionalidades e possibilidades outras de ação que subvertam a racionalidade capitalista em curso, apontando para uma nova forma de planificação do espaço regional, valorizando o conhecimento dos lugares e a potencialização de novas horizontalidades, em contraponto às verticalidades hegemônicas impostas pela globalização.

Essa racionalidade urbano-desenvolvimentista, implantada pelo Estado brasileiro e pelo grande capital, que produziu uma visão do rural como sinônimo de atraso, subdesenvolvido, carente de projetos que o explorem, deixou de lado os elementos culturais e rurais identitários, fortemente presentes na Amazônia. Além do mais, a produção agrícola, o extrativismo mineral e vegetal são os executores econômicos que mantêm a maioria das cidades da Amazônia.

No caso de Coari, o mundo rural ainda está presente no cotidiano da população, ao mesmo tempo em que ela tem no urbano a possibilidade de acessar os serviços de educação, saúde e lazer.

Com a aceleração contemporânea (Santos, 1996) ou compressão tempo-espaço (Harvey, 1996), o campo apresentava-se como um espaço com menos rugosidades (Santos, 1985), possuidor de uma flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades e, assim sendo, como um lócus preferencial de expansão dos capitais industriais e financeiros. Por tudo isso,

nas áreas onde se expandem as redes agroindustriais, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985, 1993, 1996), com o incremento da urbanização, do número e do tamanho das cidades e a organização de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), os territórios produtivos do agronegócio. (Elias, 2012, p. 14).

Pode-se concluir que essa divisão entre o Brasil rural e o Brasil urbano se torna simplista diante da complexidade dos novos arranjos territoriais produtivos resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária, organização das redes agroindustriais e da exploração dos recursos minerais. A visão de que o Brasil é uma nação preponderantemente urbana não condiz com a realidade de um país economicamente dependente do agronegócio e da exploração de recursos minerais. Vale referir que, no caso de Coari, ainda recentemente tratava-se de um município produtor de banana e de produtos oriundos da floresta (castanha-do-pará, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, madeira). Apesar do fluxo migratório para a sede do município, as características culturais e o ethos da relação homem-natureza ainda estão presentes nesse município.

4. Referências Bibliográficas

Abercrombie, N., e Urry, J. (1983). *Capital, Labour and the Middle Classes*. London: Allen and Unwin.

- Agência Nacional do Petróleo – ANP. (2020). *Royalties*. Disponível em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>.
- Almeida, W. S., e Souza, N. M. (2008). Coari: petróleo e sustentabilidade, um exemplo amazônico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), 17, 69-92.
- Castro, E., Figueiredo, S., Rivero, S. L., e Almeida, O. (2018). *Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento* (Paper do NAEA 379). Belém: UFPA.
- Davoudi, S., e Stead, D. (2002). Urban-rural relationships: an introduction and brief history. *Built environment*, 28(4), 269-277.
- Elias, D. (2006a). Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*, 1(8), 29-51.
- Elias, D. (2006b). Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1, 59-81.
- Elias, D. (2007a). O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. Em G. J. Marafon, J. Rua e M. A. Ribeiro (Orgs.), *Abordagens teórico metodológicas em geografia agrária* (pp. 49-66). RJ: EdUERJ.
- Elias, D. (2007b). Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico metodológicas. EM M. E. Sposito (Org.), *Cidades médias: espaços em transição* (pp. 153-167). São Paulo: Expressão Popular.
- Elias, D. (2008). Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XII, 74-96. Recuperado de <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1499>.
- Elias, D. (2009). Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. Em C. B. Sanfeliu e M. E. Sposito (Orgs.), *Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado* (pp. 87-105). Lleida: Editorial de la Universitat de Lleida.
- Elias, D. (2012). XII Relações cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. *Coloquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá, Colombia.
- Escobar, A. (1995). *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press.
- Ferguson, J. (1994). *The anti-politics machine: “development”, despolitization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis & London: Oxford University Press.
- Fernández, L. J., Fernández, M. I., e Soloaga, I. (2019). *Enfoque territorial y análisis dinámico de la ruralidad: alcances y límites para el diseño de políticas de desarrollo rural innovadoras en América Latina y el Caribe*. Ciudad de México: CEPAL.

- Fraxe, T. (2011). *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Anna Blume.
- Haovell de Lira, S. (2013). As mudanças do habitus a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM (*Dissertação de Mestrado*). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Amazonas, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2006). Base Cartográfica.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo demográfico 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2013). *Censo demográfico 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Censo demográfico 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.
- Leyen, B. C. (2008). Eco-eficiência na exploração e produção de petróleo e gás em regiões de florestas tropicais úmidas: o caso da Petrobrás na Amazônia. *Dissertação de mestrado*, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil. (2012). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2012*. Coari: Lavoura permanente 2004-2011.
- Pereira, J., Gasparotto, L., Arruda, M., e Pereira, M. (2008). História e impacto da entrada da sigatoka-negra no Brasil: 10 anos da identificação da doença. *Repositório Embrapa*. Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/684072>.
- Pereira, R. E. D. (2016). *Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Piquet, R., Tavares, E., e Pessôa, J. (2017). Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. *Cadernos Metrópole*, 19(38), 201-224. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2017-3808>.
- Santana, P. V. (2017). Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação. Em A. M. Neto, C. N. Castro e C. A. Brandão, (Orgs.), *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. (pp. 157-196). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos*

- teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1995). Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. En E. Castro, E. Moura e M. L. Maia (Eds.), *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço* (pp. 13-20). Belém: NAEA-UFPA.
- Schor, T., Oliveira, J., Moraes, A., e Santana, P. (2016). Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 9(1), 09-35. doi: 10.18468/pracs.2016v9n1.p09-35.
- Soler, C. (2009). *A cidade de Coari/AM e os reflexos da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobras* (Paper do NAEA 253). Belém: UFPA.
- Thierion, B. (2015). Olhares sobre a terra e o homem da Amazônia: um imaginário em construção. *Brasil/Brazil*, 28(51), 43-65. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/articloe/view/61016>
- Tocantins, L. (1988). *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Record.
- Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM). (2018). Juiz condena ex-prefeito de Coari, Manoel Adail Pinheiro por improbidade administrativa. *Consulta Processual*. Disponível em <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/208-juiz-condena-ex-prefeito-de-coari-manoel-adail-pinheiro-por-improbidade-administrativa>
- Trindade, S. C. (2013). *Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira* (Paper do NAEA 321). Belém: UFPA.
- Weber, M. (1999). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Em G. Cohn (Org.) e F. Fernandes (Coord.), *Weber – sociologia - Coleção Grandes Cientistas Sociais* 13-, (pp. 79-127). São Paulo: Ática.